

POLÍTICAS TERRITORIAIS NA UNIÃO EUROPEIA E NO BRASIL / AMÉRICA DO SUL

Perspectivas contemporâneas de processos de integração

Aldomar A. Rückert ¹

Camilo P. Carneiro ²

Ludmila L. da Fonseca ³

Resumo

Neste artigo apresenta-se uma síntese interpretativa de um conjunto de contextos e políticas territoriais recentes, considerando-se os casos da União Europeia e do Brasil, sendo este em relação com os seus países vizinhos na América do Sul, com o intuito geral de apontar para perspectivas contemporâneas de processos de integração. Indaga-se, como questão norteadora, quais seriam alguns “sentidos e enigmas” de usos contemporâneos do território como abrigo e como recurso. O artigo está organizado em dois tópicos principais, além da Introdução e Conclusão. São eles: *i.* políticas territoriais em contextos de incerteza na União Europeia e no Brasil / América do Sul e *ii.* políticas direcionadas para o desenvolvimento regional e infraestruturas em duas regiões transfronteiriças emergentes, a do Iguazu e a das Missões Jesuíticas, localizadas na Faixa de Fronteira do Brasil e as suas correspondentes zonas de seguridad da Argentina e do Paraguai.

Palavras-chave: Políticas territoriais. Processos de integração. União Europeia. Brasil. Regiões transfronteiriças

Abstract

In this article it is presented an interpretative synthesis of a set of recent contexts and territorial policies, considering the cases of European Union and Brazil, this being concerned to its neighboring countries in South America, with the general purpose, in general terms, to aim at present-day perspectives of integration processes. It is asked, as a guiding question, what would be some “meanings and enigmas” of contemporary uses of territory as a shelter and as a resource. The article is organized in two topics, namely: *i.* territorial policies in contexts of uncertainty in the European Union and Brazil / South America and *ii.* policies aimed at regional development and infrastructures in two emergent cross-border regions, Iguazu and Jesuit Missions located in the Brazilian Strip Border and its corresponding security zones of Argentina and Paraguay.

Keywords: Territorial policies. Integration processes. European Union. Brazil. Cross-border regions

¹ Professor Doutor, Titular na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Pesquisador CNPq. Líder do Grupo de Pesquisa Labeter - Laboratório Estado e Território. Gestão, regiões e fronteiras, UFRGS.

² Professor Doutor, pesquisador dos grupos Labeter - Laboratório Estado e Território. Gestão, regiões e fronteiras, UFRGS e Lafront - Laboratório de Pesquisa em Fronteiras, Estado e Relações Sociais, Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD.

³ Bacharel, Mestre e doutoranda em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Pesquisadora do grupo Labeter - Laboratório Estado e Território. Gestão, regiões e fronteiras, UFRGS.

Introdução

No presente artigo⁴ apresenta-se uma visão de conjunto de contextos e políticas territoriais recentes, considerando-se os casos da União Europeia e do Brasil, sendo este em relação aos seus países vizinhos na América do Sul, como campos empíricos, procurando-se apontar para perspectivas contemporâneas de processos de integração. Como questão norteadora de investigação tem-se indagado, com frequência, sobre quais seriam alguns dos “sentidos e enigmas” de usos contemporâneos do território como abrigo e como recurso tomando-se políticas territoriais contemporâneas. Como afirmou Gottmann (2012, p. 532) o território “(...) permanece uma preocupação fundamental da política contemporânea. É a natureza do conceito que está mudando; novos princípios agora norteiam a organização do território.”

Objetiva-se interpretar perspectivas contemporâneas de processos de integração observando-se contextos e políticas territoriais - e mesmo setoriais - e suas possíveis repercussões territoriais, seguindo-se as indicações de Raffestin (1993, pp. 143 - 144) de que o território, na ótica da produção do espaço, é onde se projeta trabalho, energia e informações na perspectiva tanto dos macropoderes dos Estados e atores hegemônicos quanto dos micropoderes de atores não hegemônicos. Becker (1983, pp. 17-18) anteviu que o final do século XX traria novas questões para as relações sociedade-espaço como a própria legitimidade do Estado e seus limites de intervenção, bem como o conceito de região como base da afirmação de múltiplos poderes, alterando-se os usos políticos de territórios e as projeções de múltiplos poderes e escalas para seu controle. (RACINE, RAFFESTIN, RUFFY, 1983, pp. 123 - 135).

As políticas territoriais e setoriais com possíveis repercussões territoriais podem ser compreendidas como projeções de poder para os diversos usos do território. Os usos, por sua vez, demonstram o controle do território para a utilização por interesses de diversos atores hegemônicos e não hegemônicos, em múltiplas escalas de poder. Assim, estas políticas se configuram “pelo conjunto de enfoques estratégicos, a médio e longo prazo, assim como pelas correspondentes formulações de atuação dirigidas a intervir sobre o território de modo que assumam as formas que sejam adequadas ao conjunto dos interesses que controlam o poder político.” (SANCHEZ, 1992, p. 72).

⁴ Apoios: CNPq, CAPES e Fapergs.

POLÍTICAS TERRITORIAIS NA UNIÃO EUROPEIA E NO BRASIL / AMÉRICA DO SUL
Perspectivas contemporâneas de processos de integração

Tem-se adotado uma abordagem que tem examinado casos de orientações políticas e suas práticas de gestão territorial da União Europeia e do Brasil / América do Sul. Ao mesmo tempo em que ambos os casos são específicos e diferenciados entre si, a abordagem tem se mostrado pertinente. A orientação geral do Novo Regionalismo da Organização para a Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da *Directorate-General for Regional and Urban Policy* (DG-Regio) da União Europeia mostra-se presente em ambos os lados do Atlântico. A orientação geral da política regional para “territórios competitivos” da OCDE e as *place-based policies* têm se feito comparecer não apenas na agenda da DG-Regio, “Europa 2020”, como nas cooperações entre este órgão da UE, seus programas e o governo brasileiro além de diversos latino-americanos.

Os *border studies*, um significativo campo de investigações de interpretações e subsídios às formulações de políticas do programa Interreg da União Europeia⁵ para regiões transfronteiriças, tem migrado do foco das representações tradicionais das linhas formais que separam estados para *bordering processes*, isto é para regiões transfronteiriças em diversas escalas geográficas e socioespaciais bem como seus múltiplos processos e dinâmicas. As transformações das funções de fronteiras são agora compreendidas como *bordering - debordering - rebordering processes*, isto é como processos simultâneos de construção, desconstrução e reconstrução de fronteiras. (NEWMAN, 2003, p. 13; SCOTT, 2015, p. 27; KOLOSSOV; WIĘCKOWSKI, 2018, p. 6).

Os processos sucessivos e/ou concomitantes de *bordering - debordering - rebordering* tem se tornado mais evidentes, no caso do Brasil em relação aos países vizinhos na América do Sul, com o aumento de programas governamentais de defesa das fronteiras e, especialmente, o seu fechamento durante a pandemia do Covid-19. Percebe-se que “(...) cada fronteira se abre e se fecha ao mesmo tempo, sob a influência de processos concomitantes. Levando-se em conta que a fronteira é um tipo de espaço instável é que podemos dizer que se trata antes de um processo do que de um lugar.” (AMILHAT-SZARY, 2015, p. 29). (Tradução dos autores).

⁵ O Programa Interreg da União Europeia completou 30 anos em 2020. Nos seus termos, o Programa Interreg Europa “ajuda os governos regionais e locais em toda a Europa a desenvolver e implementar políticas melhores”. (INTERREG Europe).

Os cenários otimistas dos anos 1990 têm sido suplantados tanto pela crise pós-2008 que afetou os EUA, depois a União Europeia e hoje ainda afeta países como o Brasil, Argentina, Venezuela (que também sofre embargos econômicos) e, recentemente, Peru, Equador, Chile e Bolívia onde protestos populares demonstraram forte oposição às medidas impopulares. (VILLA, 2019). A América do Sul, aparentemente, depois de um período de relativa estabilidade política nos últimos anos, voltou a ser uma região instável, na qual políticas governamentais, especialmente as territoriais, tendem a ser efêmeras e sem produção de resultados de transformações territoriais significativas.

Face ao exposto, para procurar responder à questão central adotou-se uma abordagem de síntese interpretativa a partir de investigações sistemáticas desenvolvidas em períodos relativamente longos entre 2013 e 2019⁶. As pesquisas envolveram observações *in loco* em locais e em etapas diferentes, tanto na sede da União Europeia em Bruxelas, quanto em regiões transfronteiriças embrionárias do Brasil com Argentina e Paraguai⁷ na macrorregião da Bacia do Rio da Prata.

O artigo está organizado em dois tópicos, sendo eles: *i.* políticas territoriais em contextos de incertezas na União Europeia e no Brasil / América do Sul, privilegiando-se as escalas supranacionais e nacionais e *ii.* políticas direcionadas para infraestruturas e projetos de desenvolvimento regional / local em duas regiões transfronteiriças, a do Iguazu e a das Missões Jesuíticas como sub-regiões emergentes entre a Faixa de Fronteira do Brasil e as *zonas de seguridad* da Argentina e do Paraguai, focando-se em escalas regionais / locais transfronteiriças.

Políticas territoriais em contextos de incertezas na União Europeia e no Brasil / América do Sul

Neste primeiro tópico serão abordadas transformações econômicas e políticas após os anos 1990-2000 que tem conduzido as políticas territoriais da UE a adotar

⁶ As atividades de pesquisa foram desenvolvidas no grupo de pesquisa Labeter – Estado e território. Gestão, regiões e fronteiras, UFRGS / CNPq.

⁷ Regiões transfronteiriças não são entidades oficiais na América do Sul. As denominações de regiões transfronteiriças do Iguazu e das Missões Jesuíticas na Bacia do Rio da Prata, neste artigo, foram atribuídas em caráter de ensaio, após exame de algumas variáveis, como origem comum da ocupação territorial, adensamentos urbanos e conexões de infraestruturas internacionais, principalmente, assim como a partir das sugestões de Schweitzer (2000), que identificou os espaços no entorno de várias cidades gêmeas na Bacia do Rio da Prata como microrregiões transfronteiriças.

diretrizes de uma certa “reificação” das escalas regionais e locais como “motores de crescimento econômico”. Entretanto, o contexto de incertezas políticas e econômicas na União Europeia tem apresentado novos desafios às abordagens neoliberais, dentre eles os nacionalismos e separatismos, as ondas imigratórias, bem como o aumento do descrédito da UE junto às populações residentes.

No outro lado do Atlântico o cenário pessimista e de incerteza da crise pós-2008 para processos integracionistas na América do Sul, por sua vez, tem trazido discursos e políticas de descrença crescente no papel dos estados nacionais acompanhados de privatizações e de oposição a governos com bases populares o que tem aumentado a crise socioeconômica e política, agravada ainda mais pela crise do Covid-19^a partir dos anos 2020. Tem-se evidenciado mesmo vários processos "anti-integracionismos" com ingredientes nacionalistas de rejeição a países vizinhos.

De forma geral, políticas territoriais e setoriais, especialmente as primeiras, encontram-se em fase de revisões críticas em relação aos cenários prometidos pela globalização / regionalização nos anos 1990. Concorre para tanto o aprofundamento das desigualdades territoriais em países centrais e periféricos, principalmente pós-crise de 2008, o surgimento de inúmeros conflitos regionais após a Primavera Árabe (2010 -2012), os altos níveis de desemprego, pobreza e falta de condições de trabalho em escala global (OIT, 2019), os constantes fluxos de imigrantes e refugiados em direção ao continente europeu além dos nacionalismos xenófobos e separatistas da própria União Europeia.

Todas as dimensões acima apontadas contrastam fortemente com as teses neoliberais anunciadas nos anos 1990-2000 quanto à liberalização de mercados, a adoção de políticas econômicas ortodoxas e a diminuição do papel do Estado, o que demonstra o cenário de incertezas globais. As fronteiras não têm sido relaxadas ao redor do mundo, mas, ao contrário, tem sido aumentadas recebendo novas formas de controles digitais (FOUCHER, 2007; 2016; ROSIÈRE, 2015) e fechadas em época de crise sanitária global do Covid-19. Pode-se mesmo associar às incertezas globais um ambiente de pessimismo em relação a projetos de integração de mercados e territoriais, o que se caracteriza como “anti-integracionismos” em alguma medida.

As políticas regionais da União Europeia estão amplamente relacionadas a um conjunto de programas e ações direcionadas para a chamada “coesão territorial”, um conceito polissêmico associado ao planejamento territorial, o *aménagement territorial*

francês (FALUDI, 2004; 2007) e o desenvolvimento regional / local com referências nos princípios gerais do Novo Regionalismo econômico ou Nova Ortodoxia Regionalista (NOR). O Novo Regionalismo tem sido preconizado por importantes instituições europeias como a OCDE; a *DG-Regio* enquanto que a Comissão Econômica para a América Latina da CEPAL - ONU; o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID; o Mercado Comum do Sul - Mercosul; o Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul - FOCEM, etc. têm tido forte influência em políticas públicas na América Latina. (FERNANDEZ; AMIN; VIGIL, 2008).

Políticas públicas territoriais na União Europeia que, classicamente, vinham sendo voltadas à promoção do desenvolvimento através da redistribuição de renda e incentivos ao crescimento econômico tem-se revestido de orientações à competitividade dos lugares em políticas sociais e territoriais, as chamadas *place-based policies*. No entanto, as *lagging regions* (regiões com baixa renda e crescimento lento) (FAROLE; GOGA; IONESCU-HEROIU, 2018), por não deterem fatores como altos níveis de educação, ciência e tecnologia não têm como competir em condições de igualdade com regiões que concentram ciência e tecnologia, como é o caso do pentágono geográfico de produção de alto valor agregado formado por Londres, Hamburgo, Munique, Milão e Paris.

É inegável, no entanto, que a concepção do Novo Regionalismo de criação de mercados regionais competitivos deu origem a um movimento de renovação teórica do próprio conceito de região, criando-se mesmo conceitos como o de *regionness*, ou de “regionalidade”, cfe. Hettne; Söderbaum (2000, p. 457) no qual se destaca o processo de “construção de regiões” e da criação de um novo paradigma Estado-sociedade, “que sugere que novas formas de ação politicamente relevante pode (ou deve) tomar lugar de forma crescente ‘além do Estado’ e além da territorialidade aparentemente inflexível do Estado” como afirma Scott (2008, p. 3).

Experiências de integração laboral e inclusão de imigrantes e refugiados apoiadas pela União Europeia⁸ é uma dimensão nova e inesperada para os formuladores de políticas regionais e locais da UE. Pelo menos desde 2015 esta dimensão tem se

⁸ Conforme a Sessão *Migrants and Refugee Integration in Small Territories: a Win-Win Opportunity* na *European Week of Regions and Cities*. Bruxelas, 10 out.2019. A este respeito ver também RÜCKERT, 2015.

acentuado, quando grandes levas de deslocados da guerra da Síria passaram a atingir o território europeu. Algumas experiências de integração laboral já teriam sido “bem sucedidas” em alguns países segundo seus administradores, como pode revelar o caso da região de Múrcia, Espanha, que foi vencedora do Prêmio *Regio Stars* da União Europeia em 2018. Já ações de organizações sociais, como a católica *Caritas*, contam com a participação de uma rede de pequenos municípios que dão as “boas-vindas” aos refugiados na Itália. A organização católica aponta que em 2017 havia 3.000 municipalidades abandonadas e 8 milhões de casas vazias na Itália, enquanto áreas rurais enfrentam desertificação social, além de decréscimo populacional.

A União Europeia tem enfrentado novos desafios como os nacionalismos separatistas, como bem demonstra o caso emblemático do Brexit e o restabelecimento de fronteiras e controles alfandegários entre a Irlanda do Norte e a Irlanda. Uma manifestação de norte-irlandeses contra o Brexit em frente ao Parlamento Europeu com o lema *No borders, no wires, no Brexit!* no dia 10 de outubro de 2019, testemunhado pelo primeiro autor deste artigo⁹, sintetizou o ambiente de descontentamento com a saída do Reino Unido da União Europeia e alertou para o problema que será criado na fronteira entre a Irlanda do Norte (pertencente ao Reino Unido) e a República da Irlanda. Para os manifestantes a “União é a Solução”.

Da mesma forma, existe um sentimento de descontentamento generalizado neste cenário de incertezas em países membros da UE. Até mesmo uma “geografia dos descontentes” (eurocéticos, nacionalistas e alguns grupos de cidadãos em vários países que não se identificam com a União) foi apresentada pela UE, que reconhece as insatisfações de lideranças políticas e de alguns grupos da população, como demonstrado em outubro de 2019 em Bruxelas por pesquisa patrocinada pela própria DG-Regio, com 63.406 pessoas nos 28 países do bloco.¹⁰

⁹ O vídeo-testemunho do protesto dos norte-irlandeses feito pelo primeiro autor deste artigo pode ser visto em: <https://youtu.be/BdH3fDRKEJI>.

¹⁰ Conforme a sessão *The geography of EU discontents* na *European Week of Regions and Cities*. Bruxelas, 10 out.2019. Dentre os descontentes nos campos ideológicos da direita e extrema-direita estão o *Front National* da França (liderado por Marie Le Pen), o *Alternative für Deutschland* (um partido político alemão populista de extrema-direita, fundado em fevereiro de 2013); o *Fidesz* (União Cívica Húngara), um partido nacional-conservador populista de direita e diversos em outros países. Já no campo ideológico da esquerda há os exemplos da *France Insoumise*, um partido/movimento político francês formado em 2016 por Jean-Luc Mélenchon (do campo socialista); a CDU (Coligação Democrática Unitária), PCP-PEV (uma coligação de esquerda, formada pelo Partido Comunista Português (PCP) e pelo Partido Ecologista “Os Verdes”) e, finalmente, o *Syriza* (Coligação da Esquerda Radical), partido da Grécia fundado em 2004.

Já na América do Sul a crise da União das Nações Sul-americanas (Unasul) (ver Figura 1) tende a repercutir a crise da União Europeia no pós-2008 (LAZAROU, 2013; LEHMANN, 2013), o que lançou dúvidas sobre a efetividade dos planos integracionistas em escala sul-americana. Costa (2018), ao fazer uma análise dos dez anos da existência da Unasul entende que o balanço das realizações da organização é francamente desfavorável, ao levar-se em conta seus macro-objetivos políticos e geopolíticos propugnados no seu lançamento em 2008. O próprio país sede, o Equador, retirou-se da Unasul, tendo solicitado, em março de 2019, a devolução do prédio localizado em Quito. Em 15 de abril de 2019 o governo brasileiro denunciou o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, formalizando sua saída da organização. (BRASIL, 2019a).

Efetivamente, no último e no atual governo brasileiro, por exemplo (governos Temer, 2016-2018 e Bolsonaro, 2019-2022) não há mais um projeto de desenvolvimento para a América do Sul e tampouco uma política externa ativa, enquanto a China tem avançado com investimentos sobre a região. (RÜCKERT; CARNEIRO, 2018a; 2018b). A decisão, entre 2018 e 2019, do Brasil e de mais seis países (Argentina, Paraguai, Colômbia, Chile, Peru e Equador) de suspenderem suas participações na Unasul corrobora a inexistência nestes países de uma política externa para a América do Sul enquanto os países membros do Mercosul decidiram aderir à Aliança do Pacífico com a Colômbia, o Peru, o Chile e o México. (MERCOSUL, 2017).

Em 2019 os presidentes do Chile, Sebastián Piñera e Iván Duque da Colômbia lançaram a proposta do Prosul - Foro para o Progresso da América do Sul em substituição à Unasul.

POLÍTICAS TERRITORIAIS NA UNIÃO EUROPEIA E NO BRASIL / AMÉRICA DO SUL
Perspectivas contemporâneas de processos de integração

Figura 1. América do Sul, Unasul e Mercosul



Pesquisa e organização: autores, 2020

Políticas de desenvolvimento regional / local e regiões transfronteiriças do Iguaçu e das Missões Jesuíticas e na Bacia do Rio da Prata

Neste segundo tópico aborda-se, inicialmente, a influência dos principais *think tanks* formuladores da política regional europeia - OCDE e DG Regio - sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR II, atualizada em 2019. (BRASIL, 2019b).¹¹ Em seguida, procura-se destacar duas regiões transfronteiriças embrionárias na Faixa de Fronteira do Brasil e nas *zonas de seguridad* da Argentina e do Paraguai.

Uma “conexão Bruxelas - Brasília” tem implementado cooperações, ao menos desde 2007, para o desenvolvimento das políticas regionais brasileiras, como é o caso da PNDR II, com a adoção dos enfoques de desenvolvimento territorial competitivo da União Europeia. Na prática isto significa tentativas de transplantes de medidas recomendadas pelo OCDE (2011, 2013) e da DG-Regio da União Europeia para o Brasil e América Latina. (COMISSÃO EUROPEIA, 2015, pp. 8-9).

A recomendação de medidas com enfoques de desenvolvimento territorial competitivo pela OCDE para o Brasil evidencia-se, por exemplo, em publicação sobre as políticas regionais do país. (OCDE, 2013). Um dos autores da análise das políticas regionais do Brasil foi justamente o ex-presidente do comitê de políticas territoriais da OCDE (em 1999) e conselheiro da política regional da União Europeia, Fabrício Barca, o autor do documento que leva seu nome - Relatório Barca - apresentado à União Europeia em 2009 no qual ele propugnava pelas premissas da competitividade dos lugares e uma governança multinível das políticas territoriais. (OECD, 2011; BARCA, 2009). Já o relatório econômico sobre o Brasil, de 2018, não tratou especificamente do desenvolvimento regional / local, tendo recomendado, porém, que o país passe a “apoiar a integração regional e a integração mundial.” (OCDE, 2018, p. 5).

Processos de integração de regiões fronteiriças internacionais bi ou trinacionais na União Europeia e na América do Sul (resguardadas suas especificidades e diferenças entre si) através de fatores funcionais (fluxos), de redes físicas e virtuais, de ações institucionais estatais¹² e de múltiplos atores, de governanças multinacionais em

¹¹ A PNDR I foi lançada em 2003 no primeiro governo Lula com enfoque desenvolvimentista em regiões menos desenvolvidas denominadas de Mesorregiões, tendo desenvolvido programas como o de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO) e o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF).

¹² A Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), criada no segundo Governo Lula em 2010, então ligada ao Ministério da Integração Nacional (MI, atual Ministério

múltiplas escalas e de cooperação entre órgãos públicos e organizações civis tendem a transformar as funções de regiões transfronteiriças. (PÊGO, 2020). Na América do Sul, no entanto, as fraturas socioeconômico-territoriais são muito acentuadas entre os estados nacionais, como também são muito distintas suas histórias de formação, com origens hispânica e portuguesa, bem como suas próprias identidades territoriais, embora tenham as mesmas origens ibéricas.

A cooperação em promoção de ações conjuntas transfronteiriças mostra-se, por exemplo, entre o INNOVACT II,¹³ um programa entre a União Europeia e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos - CELAC 2019 - 2020. Em março de 2019, o programa iniciou ações para implantação de suas diretrizes e assessorias na Região Transfronteiriça do Iguazu na Bacia do Rio da Prata, focando-se principalmente no meio ambiente e no turismo, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Regional e ASSESPRO – Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação. Entretanto, conforme observações em Bruxelas (2019), é reconhecido pela coordenação do projeto para a América Latina¹⁴ que há grandes disparidades entre as condições institucionais e legais da cooperação transfronteiriça na União Europeia e no subcontinente sul-americano, as quais deveriam “sofrer alterações”, segundo Silke Haarich, Diretora do INNOVACT II para a América Latina, de forma a permitir ações entre atores econômicos dos três países.

O grande número de cidades gêmeas¹⁵ na Bacia do Rio da Prata, na Faixa de Fronteira do Brasil e nas *zonas de seguridad* da Argentina e do Paraguai (ver figuras 2 e

do Desenvolvimento Regional), configura até hoje a mais relevante contribuição para o aperfeiçoamento da gestão das políticas públicas para o desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Recentemente, o Governo Federal brasileiro recriou, pelo Decreto nº 9.961 de 8 de agosto de 2019, a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira ligada ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

¹³ Segundo os termos da sua plataforma, o INNOVACT II tem como objetivos: “Facilitar o intercâmbio de informação e aprendizagem entre as regiões fronteiriças da Europa e da América Latina, promover a cooperação transfronteiriça, sistemas de inovação, *clusters* e competitividade. Identificar e desenvolver estratégias, planos de ação e projetos ou programas específicos para o desenvolvimento de cadeias de valor transfronteiriças. Estimular e contribuir para o processo de aprendizagem com base em exemplos concretos e boas práticas.” <http://www.innovactplatform.eu/es/acerca-de-innovact>. Acesso em: 11 set.2020.

¹⁴ Conforme a sessão “*EU-Latin American cooperation on regional innovation policies approved*”, na *European Week of Regions and Cities*, Bruxelas, 08-11 out, 2019. Entrevista com Silke Haarich, Diretora do INNOVACTII para a América Latina.

¹⁵ A definição oficial de cidades gêmeas brasileiras é: “Serão consideradas cidades gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações “condensadas” dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos

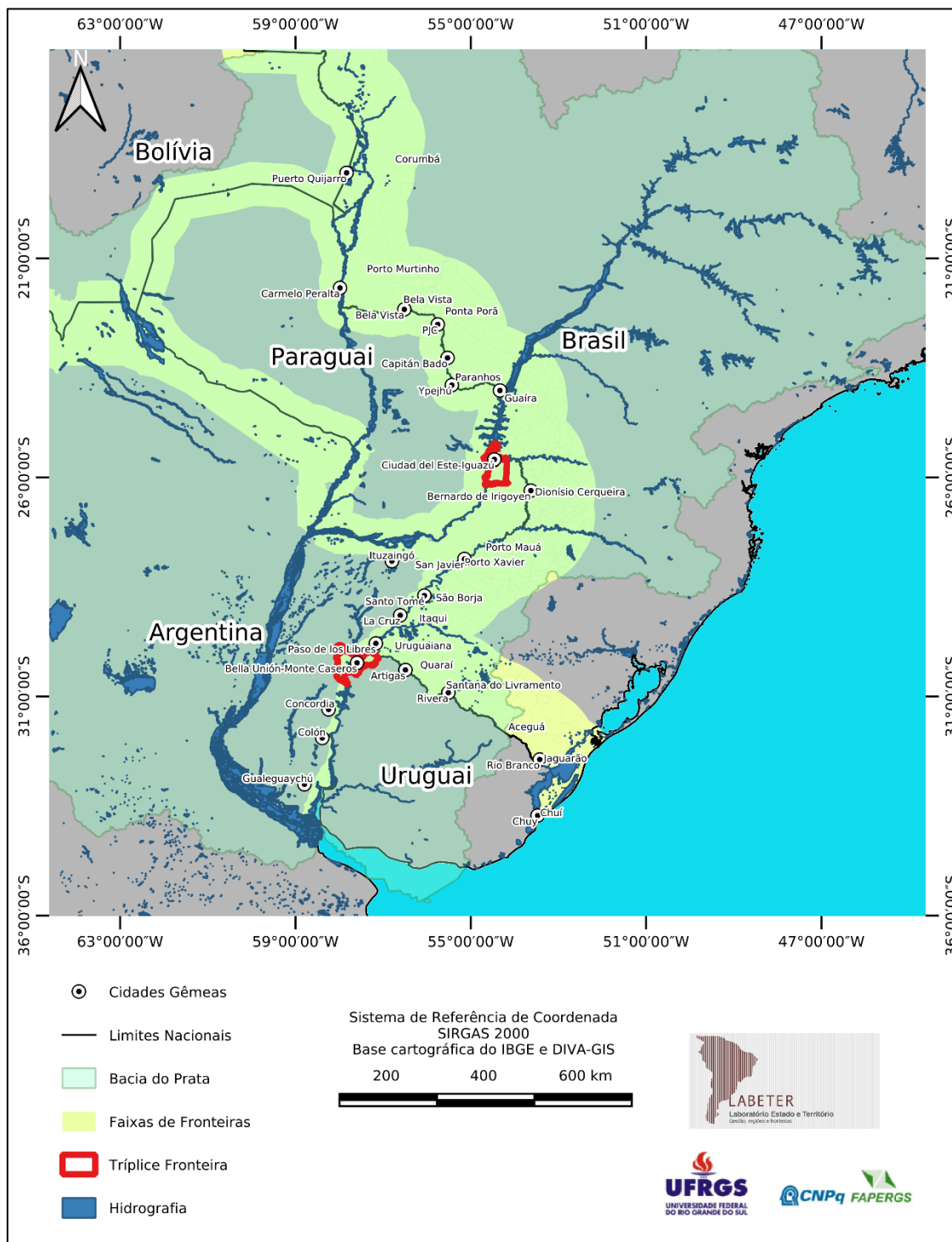
3), pode indicar processos de transfronteirizações que interligam cidades, através dos fluxos da vida cotidiana das populações locais, regionais e as redes de transporte, por exemplo. Fluxos intensos de comércio internacional através de centros de logística, como Foz do Iguaçu (Paraná, BR) e Uruguaiana (Rio Grande do Sul, BR), levam a considerar que regiões distantes de centro de poder e decisão podem tornar-se, tendencialmente, novos centros geoeconômicos transfronteiriços.

A implantação e a projeção de redes técnicas de infraestruturas (redes de conexão territorial) e seus “nós” estratégicos (RAFFESTIN, 1993, pp. 146 - 220; RÜCKERT; DIETZ, 2014, pp. 195 - 209) constituem importantes marcos de políticas territoriais em processos de integração em escala sul-americana, especialmente na Bacia do Rio da Prata. As redes de conexões territoriais supranacionais na América do Sul, principalmente de rodovias e redes de energia elétrica, têm sido implementadas ou vinham constando da Carteira de Projetos da IIRSA – Cosiplan.¹⁶

diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania”. (BRASIL, 2014). Do lado do Brasil há 33 cidades gêmeas (BRASIL, 2016; 2019c), sendo que 22 localizam-se na Bacia do Rio da Prata. Destaca-se o Estado do Rio Grande do Sul onde se localizam 11 cidades gêmeas nas vizinhanças com a Argentina e o Uruguai.

¹⁶ A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana - IIRSA foi incorporada ao Conselho de Infraestrutura e Planejamento - Cosiplan - da Unasul em 2009, instituição supranacional que vinha apoiando e articulando governos nacionais para transformar usos do território através da implantação de infraestruturas de conexão, principalmente aquelas vertidas para o exterior. O atual presidente da Argentina, Alberto Fernández, já anunciou a intenção de retomar-se a Unasul, já que a almejada unidade latino-americana não se consolidou.

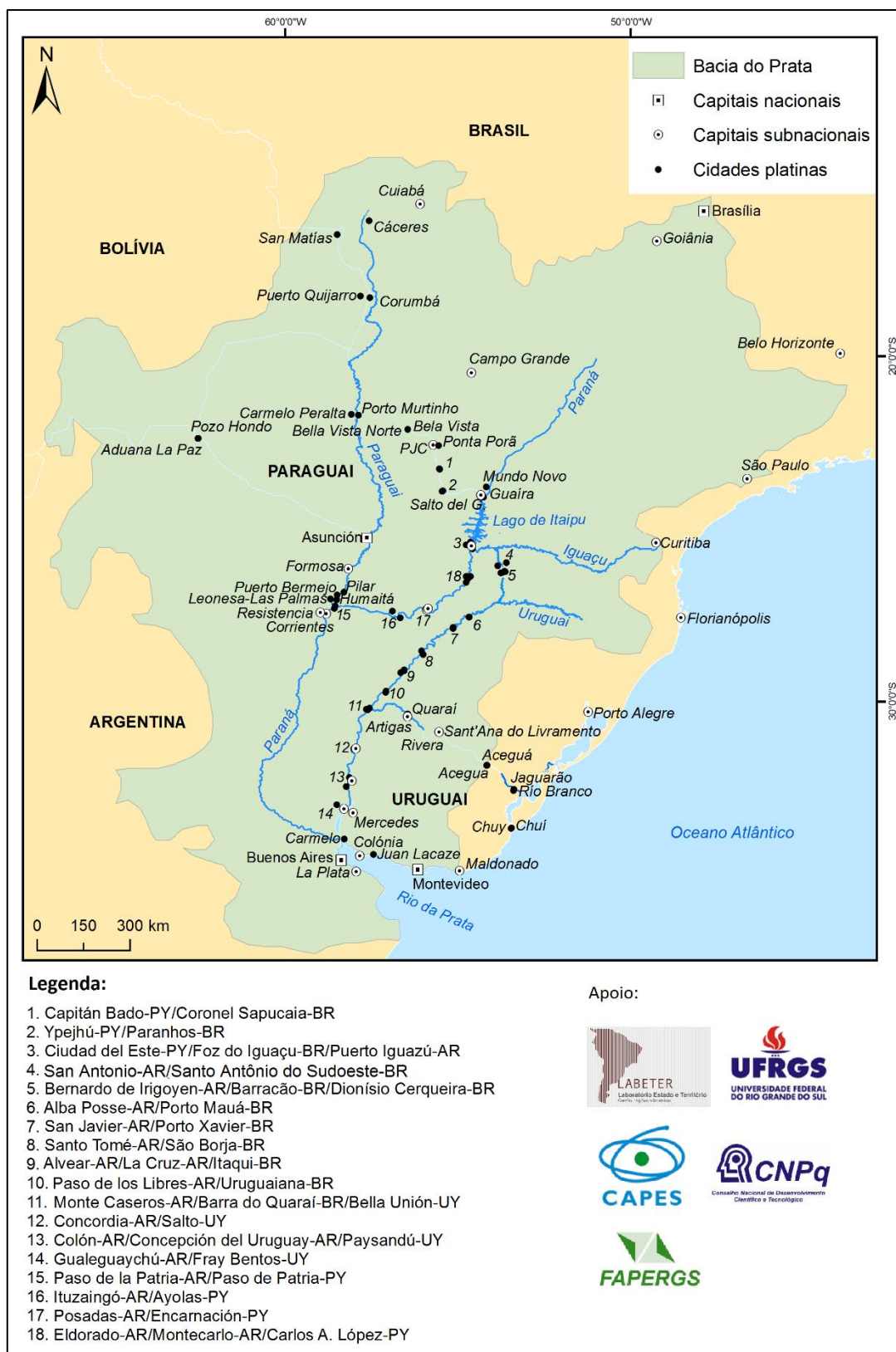
Figura. 2. Faixa de Fronteira do Brasil e as zonas de seguridad da Argentina e do Paraguai



Pesquisa e organização: Vicente P. Trindade, 2020

POLÍTICAS TERRITORIAIS NA UNIÃO EUROPEIA E NO BRASIL / AMÉRICA DO SUL
Perspectivas contemporâneas de processos de integração

Figura 3. Cidades gêmeas na Bacia do Rio da Prata



Pesquisa e organização: autores, 2020

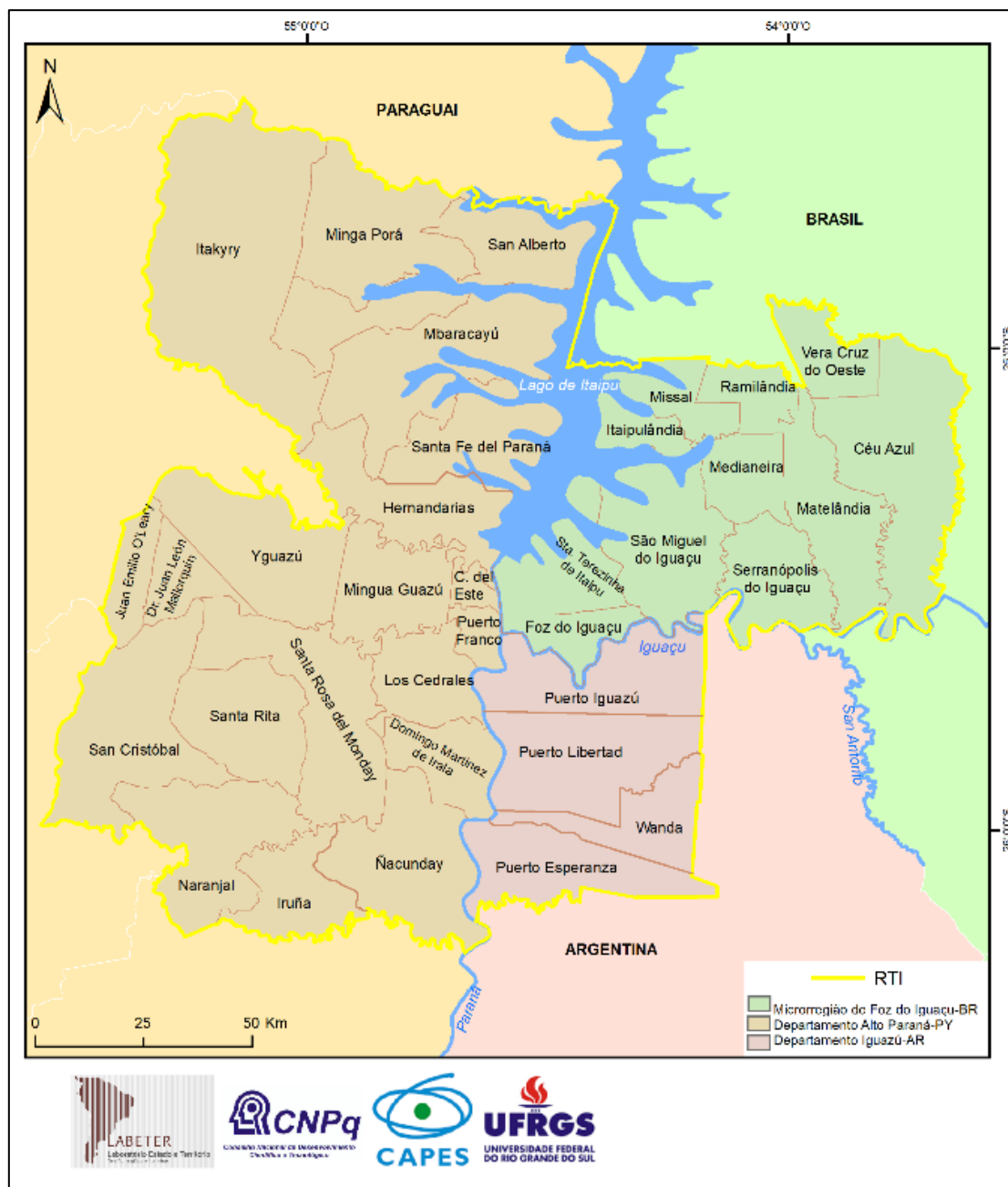
A Região Transfronteiriça do Iguaçu (RTI) (ver Figura 4), onde se encontram os limites internacionais entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina, é oriunda do território da ocupação espanhola através das missões jesuíticas, a *Ciudad Real del Guayrá* fundada em 1556 com indígenas guaranis.¹⁷ O marco contemporâneo da Região Transfronteiriça do Iguaçu é o da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional como um dos mais fortes indutores de transfronteirizações com fluxos internacionais intensos e cooperações de diversos tipos entre as cidades gêmeas de Foz do Iguaçu (Brasil), *Hernandárias* e *Ciudad del Este* (Paraguai) e *Puerto Iguazú* (Argentina). (CARNEIRO, 2013; 2016b; FONSECA, 2017).

A RTI é a que melhor representa regiões transfronteiriças com alta densidade demográfica e dinâmica econômica internacional relevante na Bacia do Rio da Prata, sendo dotada de uma centralidade geoeconômica e mesmo geopolítica. (ROSEIRA, 2006; CARNEIRO, 2013; 2016; MOURA, 2017; PÊGO, 2017). Uma escala global de se faz presente na região nas Cataratas do Iguaçu, em ambos os lados do Brasil e Argentina no parque binacional do Iguaçu / Iguazu, que atraem fluxos internacionais de turistas, enquanto o Paraguai mantém fluxos comerciais de mercadorias importadas provindas de Hong Kong e Miami, principalmente.

As três cidades têm entre si, duas pontes internacionais ligando os três países. A primeira ponte entre o Brasil e o Paraguai, denominada de Ponte Internacional da Amizade pelo lado do Brasil e Ponte Alfredo Stroessner pelo Paraguai, foi inaugurada em março de 1965. (UOL). Estima-se que cerca de quarenta mil veículos vinham cruzando a ponte diariamente, entre veículos particulares, coletivos e caminhões de cargas (QUADRA, 2017) antes da pandemia de 2020, quando as fronteiras internacionais foram fechadas entre os dois países.

¹⁷ Toda a área onde se localiza, atualmente, o Paraguai, a Argentina e o Uruguai estava sob controle do governo colonial espanhol do Rio da Prata e do Paraguai a partir de 1617 e do Vice-Reinado da Prata entre 1776 e 1816. Somente após o Tratado de Santo Ildefonso - 1777, que seguiu em linhas gerais o Tratado de Madri, é que a região do Guairá - Iguaçu passou a ser compartilhada entre Portugal e Espanha.

Figura 4. A Região Transfronteiriça do Iguazu entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina e seus municípios



Pesquisa e organização: autores, 2020

A segunda ponte internacional entre o Brasil e a Argentina, a Ponte Internacional da Fraternidade, oficialmente Ponte Tancredo Neves, foi inaugurada em novembro de 1985 (H2 FOZ), dando acesso ao turismo internacional entre as cidades conurbadas. Uma terceira ponte entre o Brasil e o Paraguai encontra-se em fase acelerada de obras visando aumentar o turismo e a concentração viária como elo logístico da Região

Transfronteiriça do Iguazu, com investimentos por parte do governo federal brasileiro e gestão do governo do Estado do Paraná. (PARANÁ, 2020).

Além dos fatores que apontam para uma nova centralidade, a busca da proximidade identitária das populações é visível. Na Figura 5, abaixo, se percebe a demonstração de boa vizinhança entre os habitantes trinacionais da Região Transfronteiriça do Iguazu, com a lembrança da irmandade entre os povos com os dizeres “Nascemos de muitas mães, mas aqui há somente irmãos”.

Figura 5. Demonstração de fraternidade entre brasileiros, paraguaios e argentinos em Foz do Iguazu



Foto: Aldomar A. Rückert, 2018

A Região Transfronteiriça das Missões Jesuíticas por sua vez, embora ainda careça de estudos de delimitações, corresponderia ao espaço supranacional do antigo território ocupado por 30 reduções jesuíticas entre os anos de 1609 e 1750. Este “espaço missioneiro” corresponde, atualmente, ao noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, o nordeste da Província de *Misiones*, Argentina e o sul do Paraguai - departamentos de *Neembucú*, *Misiones*, *Itapúa*.

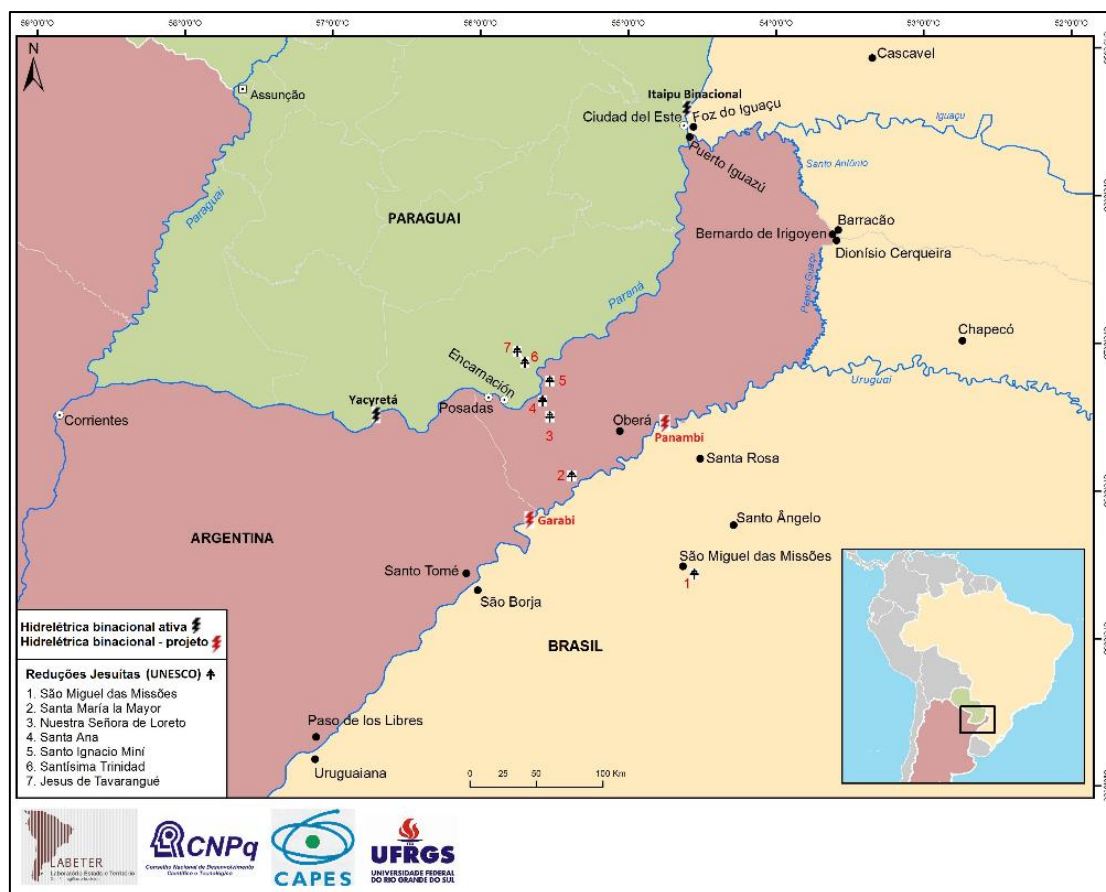
Nesta região há importante densidade de hidrelétricas cujos projetos são pré-existent à Carteira de Projetos da IIRSA-Cosiplan (VITTE, 2018), com o marco inicial de Itaipu Binacional Brasil-Paraguai no rio Paraná (finalizada em 1984); *Yacyretá Binacional* Paraguai-Argentina também no mesmo rio (finalizada em 2011) e a Usina

POLÍTICAS TERRITORIAIS NA UNIÃO EUROPEIA E NO BRASIL / AMÉRICA DO SUL
Perspectivas contemporâneas de processos de integração

Hidrelétrica de Itá no rio Uruguai entre os estados de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul (finalizada em 2000) (ver Figura 6).

O atual projeto das hidrelétricas do Complexo Garabi-Panambi a ser localizadas, também, no rio Uruguai, entre o Brasil e a Argentina, tem levantado temores quanto à perspectiva de conflitos futuros que deverão resultar dos impactos que a região transfronteiriça deverá sofrer com a construção deste complexo devido às experiências traumáticas anteriores na região, durante regimes ditatoriais destes países. Constatou-se que os interesses nacionais e internacionais superam a vontade e os anseios dos moradores da região. (CARNEIRO; FONSECA; RÜCKERT, 2016b.; FONSECA; RÜCKERT, 2018).

Figura 6. Região transfronteiriça das Missões Jesuíticas: hidrelétricas binacionais e sítios missionários reconhecidos pela UNESCO



Pesquisa e organização: autores, 2020

O conflito também aparece na escala local entre os atores territoriais com visões distintas, como as do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e as dos prefeitos

de municípios a ser atingidos,¹⁸ sobre a futura instalação do Complexo Hidrelétrico de Garabi-Panambi. Estas diferentes visões, além daquela oriunda dos governos federais, projetam naquele espaço transfronteiriço uma disputa de intencionalidades, onde os governos nacionais, então organizados pela Unasul, vinham utilizando-se de seu poder de Estado para impor novos usos a este território, desconsiderando a relação dos municípios e seus territórios com as formas de uso tradicionais.

Em 2017, o Ministério Público Federal em Santa Rosa obteve sentença favorável aos moradores da região, proibindo o licenciamento para a hidrelétrica Garabi-Panambi. A Justiça Federal entendeu que a instalação das hidrelétricas causaria danos irreversíveis ao meio ambiente, afetando o Parque Estadual do Turvo, localizado a montante do projeto das hidrelétricas, fazendo divisa com o estado de Santa Catarina e a província argentina de *Misiones*.

Considerações finais

Como exposto, tem-se adotado a questão norteadora de investigação ao longo dos últimos anos, sobre quais seriam alguns “sentidos e enigmas” de usos contemporâneos do território, como abrigo e como recurso, em temas relacionados às políticas territoriais tanto na União Europeia quanto no Brasil em relação aos países vizinhos na América do Sul. Procurou-se examinar e comentar aspectos das políticas territoriais em contextos de incertezas na União Europeia e no Brasil / América do Sul bem como algumas políticas de desenvolvimento regional / local em regiões transfronteiriças do Iguaçu e das Missões Jesuíticas na Bacia do Rio da Prata. Como recurso analítico procurou-se relacionar abordagens conceituais centrais como usos políticos do território ao Novo Regionalismo e dele advindos conceitos tais como *regionness* (regionalidade) e os próprios processos de *bordering-debordering-reborderings*, relevantes nos *border studies*.

A conjuntura de incertezas globais e regionais tem-se imposto num ambiente de desconfiança, descontentamento e mesmo de manifestas intenções de abandono da União Europeia por outros países membros. É impossível negar que o ambiente seja, atualmente,

¹⁸ Os municípios que serão atingidos no lado brasileiro, no Estado do Rio Grande do Sul, são: Alecrim, Crissiumal, Derrubadas, Doutor Maurício Cardoso, Esperança do Sul, Garruchos, Novo Machado, Pirapó, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Porto Xavier, Roque Gonzales, Santo Antônio das Missões, Santo Cristo, São Nicolau, Tiradentes do Sul, Tucunduva e Tuparendi.

pessimista em relação à estabilidade política da UE. As manifestações de algumas vezes nacionalistas, além do Brexit, em relação à política de fronteiras abertas e à recepção de imigrantes considerados “indesejáveis” por governos nacionalistas tem sido marcas indeléveis.

O caso do Brexit parece não ser o único e, talvez, venham a ocorrer novos casos de saída do bloco. Poderia a atual conjuntura de incertezas do bloco europeu afetar a sua política regional? Aparentemente não, considerando-se os vultuosos orçamentos disponíveis para investimentos em desenvolvimento regional / local. No entanto, novas facetas agregadas às *place-based policies* têm se evidenciado, como programas de inserção de imigrantes em economias locais e em repovoamento de regiões rurais que têm se tornado desérticas, como é o caso da Itália.

Fechamentos temporários de todas as fronteiras terrestres nacionais do Brasil com os seus países vizinhos - especialmente as fronteiras do Paraguai em relação ao Brasil e demais vizinhos, durante a pandemia do Covid-19 -, tem afetado duramente a economia fronteiriça do país vizinho no seu comércio internacional na Região Transfronteiriça do Iguaçu. Da mesma forma, ocorre o fechamento e a crise em demais regiões de fronteira Brasil-Paraguai como nas cidades gêmeas de Guaíra e Ponta Porã, nos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, com *Salto del Guairá* e *Pedro Juan Caballero*, respectivamente. O mesmo tem acontecido com as fronteiras entre o Brasil, o Uruguai e a Argentina.

As regiões transfronteiriças, um suposto “estágio superior” na agenda territorial da União Europeia, com ênfase na livre circulação de mercadorias e de pessoas, sofrem, nestes contextos, com vetores que têm atuado tanto nas suas aberturas (*deborderings*) quanto nos seus fechamentos (*reborderings*). Há uma dimensão positiva nas políticas para regiões transfronteiriças, no entanto, no sentido de que elas podem atenuar as distâncias de regiões, tradicionalmente, consideradas “periféricas” com o surgimento de possíveis novas centralidades regionais.

O surgimento de novos centros geoeconômicos, como Foz do Iguaçu, na Bacia do Rio da Prata, pode demonstrar que as dinâmicas transfronteiriças tendem a relativizar localizações distantes. No entanto, na mesma região transfronteiriça, convivem altos índices de contrabando e crimes frequentes que envolvem tráfico dos mais diferentes produtos, principalmente drogas e armas, o que aponta pra as diferenças interregionis de renda entre os países, uma espécie de fraturas territoriais simultâneas aos novos centros.

Pela sua nova centralidade, densa urbanização trinacional e fluxos globais de turismo e comércio de mercadorias, a RTI é um caso que poderia servir de paradigma para o reconhecimento institucional supranacional da existência destas novas formas de regiões na América do Sul, guardando-se as especificidades regionais e respectivas particularidades e políticas dos países do Mercosul.

Políticas territoriais direcionadas às infraestruturas de conexão, como as redes de energia e a promoção de preservação ambiental e turismo, por exemplo, na RTI interligam-se, num complexo emaranhado de diversas escalas de gestão e de interesses nacionais e globais representados pela OCDE e DG-Regio da União Europeia. Chama atenção a “conexão Brasília-Bruxelas” na criação de políticas regionais com enfoques de competitividade direcionadas a impulsionar mercados. Por outro lado, ressalta-se tanto na União Europeia quanto nas regiões transfronteiriças entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina, cenários de diferenças inter-regionais de renda com desemprego e pobreza, caracterizando fraturas territoriais, associados ao pessimismo das políticas territoriais, especialmente as regionais / locais.

Pode-se mesmo afirmar que os cenários de integrações onde se inserem políticas territoriais se caracteriza, atualmente, por vários movimentos “anti-integração”. Essas políticas - as *place based policies* - continuam, no plano da União Europeia, sendo focadas em financiar “territórios competitivos” que já possuem altos índices de produção, ciência e tecnologia, ao passo que nas *lagging regions* o cenário é de baixa produtividade, desemprego, nacionalismos e xenofobias.

No Brasil vê-se o abandono de projetos integracionistas desenvolvimentistas em relação à América do Sul, como a Unasul por um lado. No plano interno, a adoção de paradigmas da DG-Regio de Bruxelas na PNDR II abandona políticas desenvolvimentistas que contam com tradição no país. Porém, a política regional brasileira, atualizada, ainda aguarda implementação para que se torne uma política de domínio público.

Estas são algumas das respostas à questão norteadora sobre quais são alguns dos “sentidos e os enigmas” de usos contemporâneos do território como abrigo e como recurso no que diz respeito às políticas territoriais e algumas perspectivas contemporâneas de processos de integração.

Referências

AMILHAT-SZARY, Anne-L. *Qu'est-ce qu'une frontière aujourd'hui?* Paris: PUF, 2015. 160 p.

BARCA, Fabrizio. *An agenda for a reformed cohesion policy. A place-based approach to meeting European Union challenges and expectations*. Independent Report prepared at the request of Danuta Hübner, Commissioner for the Regional Policy. April. 2009.

Disponível em:

https://ec.europa.eu/regional_policy/archive/policy/future/pdf/report_barca_v0306.pdf.

Acesso em: 24 ago. 2020.

BECKER, Bertha K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Bertha K.; COSTA, Rogério H da; SILVEIRA, Carmen B. (orgs.) *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983, pp. 1-21.

BRASIL, 2019a. *Denúncia do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)*. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20291-denuncia-do-tratado-constitutivo-da-uniao-de-nacoes-sul-americanas-unasul>. Acesso em: 18 ago. 2020.

BRASIL, 2019b. *Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional*. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9810.htm. Acesso em: 17 ago. 2020.

BRASIL, 2019c. Ministério do Desenvolvimento Regional. Portaria Nº 1.080, de 24 de Abril de 2019. Inclui o Município no Anexo da Portaria n. 213, de 19 de julho de 2016, que estabelece o conceito de "cidades-gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por Estado que se enquadram nesta condição. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Publicado em: 29 abr.

2019 | Edição: 81 | Seção: 1 | Página: 10. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n%C2%BA-1.080-de-24-de-abril-de-2019-85673267>. Acesso em: 12 abr. 2020.

BRASIL, 2016. Ministério da Integração Nacional. Estabelece o conceito de "cidades-gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. Portaria nº 213, de 19 de julho de 2016. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, Publicado em: 20 jul.

2016 | Edição: 138 | Seção: 1 | Página: 12. Disponível em:

https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21772550/do1-2016-07-20-portaria-n-213-de-19-de-julho-de-2016-21772471. Acesso em: 12 abr. 2020.

BRASIL, 2014. Ministério da Integração Nacional. Gabinete do Ministro. Portaria nº 125, de 21 de março de 2014. Estabelece o conceito de cidades gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 45, 24 mar.

POLÍTICAS TERRITORIAIS NA UNIÃO EUROPEIA E NO BRASIL / AMÉRICA DO SUL
Perspectivas contemporâneas de processos de integração

2014. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/67965696/dou-secao-1-24-03-2014-pg-45>. Acesso em: 26 jun. 2020.

CARNEIRO, Camilo P. *Fronteiras irmãs. Transfronteirizações na Bacia do Rio da Prata*. Porto Alegre: Ideograf / UFRGS/POSGEA, 2016a. 273 p.

CARNEIRO, Camilo P.; FONSECA, Ludmila; RÜCKERT, Aldomar A.. Repercussões das hidrelétricas binacionais na região das Missões Jesuíticas. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, v. 9, pp. 21-33, 2016b. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/got/n9/n9a03.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2019.

CARNEIRO, Camilo P. *Processos de transfronteirização na Bacia do Rio da Prata: a Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai*. 2013. Porto Alegre: Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (Aldomar A. Rückert, orientador;). 254 p. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/88615>. Acesso em: 04 nov. 2019.

COMISSÃO EUROPEIA. *Diálogo sobre Política Regional com o Brasil. Europa, América Latina e Caraíbas: a partilharem experiências no âmbito das políticas de desenvolvimento regional*. Bruxelas: Direção Geral da Política Regional e Urbana, 2015. Disponível em: https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/cooperate/international/pdf/eu_celac_pt.pdf. Acesso em: 06 nov. 2019.

COSTA, Wanderley M. da. Crise da integração e tendências geopolíticas na América do Sul. In: COSTA, Wanderley M. da.; VASCONCELOS, Daniel B. (orgs.) *Geografia e geopolítica da América do Sul. Integrações e conflitos*. São Paulo: FFLCH- Humanitas, 2018, pp. 17-36. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/340>. Acesso em: 06 nov. 2019.

FAROLE, Thomas; GOGA, Soraya; IONESCU-HEROIU, Marcel. *Rethinking lagging regions. Using Cohesion Policy to deliver on the potential of Europe's regions*. Washington: The World Bank, 2018, 137 p. Disponível em: <http://pubdocs.worldbank.org/en/739811525697535701/RLR-FULL-online-2018-05-01.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2021.

FALUDI, Andreas. La dimension territoriale de l'intégration européenne. *L'information géographique*. Paris: Armand Colin, 2007/4. Vol. 71, pp 27-42. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/251064708_La_dimension_territoriale_de_l'integration_europeenne. Acesso em: 17 ago. 2020.

FALUDI, Andreas. Territorial cohesion: old (French) wine in new bottles. *Urban Studies*, Vol. 41, No. 7, 1349-1365, June 2004. https://www.researchgate.net/publication/228854868_Territorial_Cohesion_Old_French_Wine_in_New_Bottles. Acesso em: 17 ago. 2020.

POLÍTICAS TERRITORIAIS NA UNIÃO EUROPEIA E NO BRASIL / AMÉRICA DO SUL
Perspectivas contemporâneas de processos de integração

FERNANDEZ, Victor R.; AMIN, Ash; VIGIL, José I. (orgs.). *Repensando em desarrollo regional. Contribuciones globales para una estrategia latinoamericana*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2008. 557 p.

FONSECA, Ludmila. L. da; RÜCKERT, Aldomar A.. IIRSA-COSIPLAN and the Garabi-Panambi hydroelectric complex in the historical missionary territory. In: CARGNIN, Antonio P.; RÜCKERT, Aldomar A.; LEMOS, Bruno de O. (orgs.) *Territorial planning and La Plata Basin borders*. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, pp. 189-208. Disponível em: <http://www.editoraleta1.com.br/epub/9788563800367/files/9788563800367.pdf6>. Acesso em: 15 mar. 2020.

FONSECA, Ludmila L. da. *O complexo hidrelétrico Garabi-Panambi (RS): a inserção do COSIPLAN-IIRSA em território histórico missioneiro*. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (Aldomar A. Rückert, orientador). Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/164705>. Acesso em: 15 mar. 2020.

FOUCHER, Michel. *Le retour des frontières*. Paris: CNRS Éditions, 2016. 62 p.

FOUCHER, Michel. *L'obsession des frontières*. Paris: Pierrin, 2007. 250 p.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 2, n. 3, 2012, pp. 523- 545. Disponível em: agbcampinas.com.br. Acesso em 15 out. 2019.

HETTNE, Björn; SÖDERBAUM, Fredrik. Theorising the rise of regionness. *New Political Economy*, Vol 5, No 3 (December), pp. 457 - 473. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/233281294_Theorising_the_Rise_of_Regiონn_ess. Acesso em 16 out. 2019.

INTERREG Europe. *What is Interreg Europe?* Disponível em: <https://www.interregeurope.eu/about-us/what-is-interreg-europe/>. Acesso em: 04 set.2020.

KOLOSSOV, Vladimir; WIECKOWSKI, Marek. Border changes in Central and Eastern Europe: an introduction. *Geographia Polonica*. 2018, Volume 91, Issue 1, pp. 5 - 16. <https://doi.org/10.7163/GPol.0106>. Acesso em 17 out. 2019.

LAZAROU, Elena. Brazil and regional integration in South America: lessons from the EU's crisis. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 35, nº 2, julho/dezembro 2013, pp. 353-385. Disponível em: <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em: 20 ago. 2020.

LEHMANN, Kai. The crisis of the European Union and its impact on regionalism in Latin America. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 35, nº 2, julho/dezembro

2013, pp. 415-442. Disponível em: <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MERCOSUL e Aliança do Pacífico querem ampliar comércio na América do Sul. *Agência Brasil*, 07 abr. 2017. Disponível em: [.https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-04/mercosul-e-alianca-do-pacifico-querem-ampliar-comercio-na-america-do](https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-04/mercosul-e-alianca-do-pacifico-querem-ampliar-comercio-na-america-do). Acesso em: 21.ago.2020.

MOURA, Rosa. A rede urbana continental e a fronteira brasileira. In: PÊGO, Bolívar (coord.) *et al. Fronteiras do Brasil. Diagnóstico e agenda de pesquisa para política pública*. Vol 2. Brasília: IPEA; Ministério da Integração Nacional, 2017, pp. 103-139. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7959>. Acesso em: 24 ago. 2020.

NEWMAN, David. On Borders and Power: A Theoretical Framework. *Journal of Borderlands Studies*. Volume 18, No. 1, Spring 2003, pp. 13-25. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/08865655.2003.9695598>. Acesso em: 20 ago. 2020.

OCDE. *Relatórios econômicos OCDE*. Brasil. Fevereiro de 2018. Resumo. Disponível em: www.oecd.org/eco/surveys/economic-survey-brazil.htm. Acesso em: 20 ago. 2020.

OCDE. *Relatório territorial da OCDE: Brasil*. OCDE, 2013. 231 p. Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/urban-rural-and-regional-development/relatorio-territorial-da-ocde-brasil_9789264189058-pt#page4. Acesso em: 20 ago. 2020.

OECD. *OECD Study on Regional Development in Brazil. Preliminary version*. OECD, 2011. 201 p.

OIT: desemprego cai no mundo, mas condições de trabalho não melhoram. Nações Unidas -Brasil. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/82413-oit-desemprego-cai-no-mundo-mas-condicoes-de-trabalho-nao-melhoram>. Acesso em: 20 ago. 2020.

PARANÁ. Segunda ponte de Foz do Iguaçu tem ritmo intenso de obras. Curitiba: *Agência de Notícias do Paraná*, 19 jun. 2020. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=107504&tit=Segunda-ponte-de-Foz-do-Iguacu-tem-ritmo-intenso-de-obras>. Acesso em: 18 ago. 2020.

H2FOZ. *Ponte Tancredo Neves completa 20 anos na terça*. 29 nov. 2005. Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/noticia/ponte-tancredo-neves-completa-20-anos-na-terca-9632>. Acesso em: 18 ago. 2020.

PÊGO, Bolívar *et al. Fronteiras do Brasil: diagnóstico e agenda de pesquisa para política pública*, volume 2. Brasília: Ipea: MI, 2017. 276 p. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7959>. Acesso em: 24 ago. 2020.

PÊGO, Bolívar *et al. Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Sul - Volume 5*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2020. 352 p. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/200821_iv_199385_livro_fronteras_do_brasil.pdf. Acesso em: 24 ago. 2020.

QUADRA, Dante. Diariamente, cerca de 40 mil veículos passam pela Ponte da Amizade. *Rádio Cultura*: Foz do Iguaçu, 12 set. 2017. Disponível em: <https://www.radioculturafoz.com.br/2017/09/12/diariamente-cerca-de-40-mil-veiculos-passam-pela-ponte-da-amizade/>. Acesso em: 12.mai.2020.

RACINE, J.B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática de Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 45(1): pp. 123-135, jan./mar. 1983. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1983_v45_n1.pdf. Acesso em: 19 ago. 2020.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

ROSIÈRE, Stéphane. Mundialização e teicopolíticas: análise do fechamento contemporâneo das fronteiras internacionais. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 42, n.2: pp. 369-388, maio, 2015. Disponível em: http://www.seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/56327/34027_2015. Acesso em: 14 ago. 2020.

ROSEIRA, Antonio M.. *Foz do Iguaçu: cidade rede sul-americana*. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/D.8.2006.tde-18062007-152226. Disponível em : https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18062007-152226/publico/TESE_ANTONIO_MARCOS_ROSEIRA.pdf . Acesso em: 14 ago. 2020.

RÜCKERT, Aldomar A.; CARNEIRO, Camilo P.. “Quelle intégration de l’Amérique du Sud? Les infrastructures de liaison des régions périphériques et les tendances ». *Diploweb.com*. La revue géopolitique, 2018a. Disponível em : <https://www.diploweb.com/Quelle-integration-de-l-Amerique-du-Sud-Les-infrastructures-de-liaison-des-regions-peripheriques-et.html>. Acesso em 14 ago. 2020.

RÜCKERT, Aldomar A.; CARNEIRO, Camilo P.. América do Sul: infraestruturas em regiões periféricas e tendências atuais. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*. v. 5, nº 1, jan./jun. 2018b, pp. 329-361. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75047/42070>. Acesso em: 15 jun. 2019.

RÜCKERT, Aldomar A. Enquanto a União Europeia comemora sua nova política regional refugiados batem à sua porta. *Confins* [En ligne], 25 | 2015, mis en ligne le 13 novembre 2015, consulté le 17 août 2020. URL : <http://journals.openedition.org/confins/10596> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.10596>. Acesso em: 15 ago. 2020.

RÜCKERT, Aldomar A.; DIETZ, Circe I. Intégration régionale, la région du bassin du Río de la Plata (Amérique du Sud) et les projets d’infrastructure de connexion. In:

POLÍTICAS TERRITORIAIS NA UNIÃO EUROPEIA E NO BRASIL / AMÉRICA DO SUL
Perspectivas contemporâneas de processos de integração

GANNA, Alia; RICHARD, Yann (dir.). *La régionalisation du monde. Construction territoriale et articulation global / local*. Tunis – Paris: IRMC-Karthala, 2014, pp. 195-209.

SANCHEZ, Joan-E.. *Geografía Política*. Madrid: Editorial Síntesis. 1992. 224 p.

SCOTT, James W.. Bordering, Border Politics and Cross-Border Cooperation in Europe. In: CELATA Filippo.; COLETTI, Raffaella (eds.). *Neighbourhood Policy and the Construction of the European External Borders*. Springer International Publishing. Switzerland 2015. GeoJournal Library 115, pp. 27- 37. DOI 10.1007/978-3-319-18452-4_2. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/300787927_Bordering_Border_Politics_and_Cross-Border_Cooperation_in_Europe. Acesso em: 15 abr. 2020.

SCOTT, James W. (ed.). *De-coding new regionalism. Shifting socio-political contextes in Central Europe and Latin America*. Farnham (UK); Burlington (USA): Ashgate, 2008. 262 p.

SCHWEITZER, Alejandro F. *Integration régionale et aménagement du territoire dans le Mercosur: frontières, réseaux et dynamiques transfrontalières*. Paris: Univeristé Paris 3, IHEAL. Disponível em:
https://www.academia.edu/3861927/Integration_r%C3%A9gionale_et_am%C3%A9nagement_du_territoire_dans_le_MERCOSUR_Fronti%C3%A9res_r%C3%A9seaux_et_dynamiques_transfrontalières. Acesso em: 20 jun. 2020.

UOL. Hoje na História. *Inaugurada a Ponte da Amizade, entre o Brasil e o Paraguai*. Disponível em: <https://history.uol.com.br/hoje-na-historia/inaugurada-ponte-da-amizade-entre-brasil-e-paraguai>. Acesso em: 18 ago. 2020.

VILLA, Marco A.. Santiago em chamaz: o fracasso do neoliberalismo. In: *Blog do Villa*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BcrI9MID3Rk>. Acesso em: 11 nov. 2019.

VITTE, Claudete de C. S.. Integração da infraestrutura produtiva na América do Sul sob a coordenação do Cosiplan/Unasul: financiamento e planejamento territorial. In: RÜCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P. da; SILVA, G. de V. (orgs.). *Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: integração sul-americana e regiões periféricas*. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, pp. 51-67 DOI 10.21507/9788563800367-03. Disponível em: <https://www.editora letra1.com.br/epub/9788563800367/>. Acesso em: 24 ago. 2020.

Recebido: 22 de setembro de 2020

Aceito: 10 de janeiro de 2020

Publicado: 05 de fevereiro de 2021